

SUMÁRIO

<i>Nota à 5ª edição</i>	XIII
<i>Introdução</i>	XV

PRIMEIRA PARTE

CRÍTICA JURÍDICA E SUA TRAJETÓRIA NO OCIDENTE

Capítulo 1 — NATUREZA E PROBLEMATIZAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA	1
1.1. Crise de racionalidade e mudança de paradigma	1
1.2. Natureza e conceituação da “crítica”	4
1.3. Origens filosóficas da teoria crítica	5
1.4. Objetivos e significação da teoria crítica	9
1.5. Imprecisões e aporias da teoria crítica	13
Capítulo 2 — TEORIA CRÍTICA NO DIREITO	17
2.1. Noções, conceito e objetivos	17
2.2. Possibilidades e limites de uma teoria jurídica crítica	21
Capítulo 3 — PRINCIPAIS ESCOLAS DO PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO NO OCIDENTE	34
3.1. Orientação crítica nos Estados Unidos	35
	IX

3.2. Correntes críticas na Europa	39
3.2.1. Associação crítica do Direito: França	39
3.2.2. Uso alternativo do Direito: Itália e Espanha	44
3.2.3. Pensamento jurídico crítico: Alemanha	48
3.2.4. Tendências antidogmáticas e pluralistas: Espanha	51
3.2.5. Modelo da crítica interdisciplinar: Bélgica	58
3.2.6. Sociologia jurídica das emancipações: Portugal	60
3.3. Correntes críticas do Direito na América Latina	66
3.3.1. A crítica jurídica no México	67
3.3.2. Aportes de crítica do Direito: Chile e Colômbia	72
3.3.3. Movimento crítico na Argentina	77

SEGUNDA PARTE

PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO NO BRASIL

Capítulo 4 — TRAJETÓRIA CRÍTICA DO DIREITO BRASILEIRO	85
4.1. Questões epistemológicas	85
4.2. Tendências da crítica jurídica: escolas e representantes ...	95
4.2.1. Crítica jurídica de perspectiva sistêmica	97
4.2.2. Crítica jurídica de perspectiva dialética	107
4.2.2.1. Crítica jurídica enquanto expressão do pluralismo e do humanismo dialético	108
4.2.2.2. Crítica jurídica enquanto instrumental político da transformação	113
4.2.2.3. Crítica jurídica enquanto normativismo fenomenológico	119
4.2.3. Crítica jurídica de perspectiva semiológica	123
4.2.4. Crítica jurídica de perspectiva psicanalítica	130

4.3. Experiências institucionalizadas de crítica no Direito	136
4.3.1. Crítica jurídica acadêmica	136
4.3.1.1. Direito Público e análise institucional	136
4.3.1.2. Direito Constitucional e Tributário	138
4.3.1.3. Direito do Trabalho	141
4.3.1.4. Direito Internacional	141
4.3.1.5. Direito Penal	142
4.3.1.6. Direito Processual	143
4.3.1.7. Sociologia, ensino jurídico e Direito político	144
4.3.1.8. Direito Civil	146
4.3.1.9. História do Direito	147
4.3.1.10. Direitos Humanos, Ambiental e Biodireito ..	148
4.3.2. Crítica jurídica prática	149
4.3.2.1. Magistratura alternativa e democrática	150
4.3.2.2. Advocacia popular	151
4.4. Crítica jurídica e Direito alternativo	152

TERCEIRA PARTE

UMA DISCUSSÃO CRÍTICA: KELSEN, MARX E O DIREITO

Capítulo 5 — O DIREITO, MARX E A CRÍTICA DE KELSEN	158
5.1. Questões preliminares	158
5.2. (In)existência de uma Teoria Geral do Direito em Marx	163
5.3. Concepções marxistas do Direito	168
5.3.1. Período clássico da teoria marxista do Direito	169
5.3.2. Período do soviétismo-estalinista do Direito	172
5.4. O problema da ideologia na Teoria Pura do Direito	175
5.5. Antinomias entre teoria jurídica marxista e Teoria Pura do Direito	178

QUARTA PARTE

FILOSOFIA CRÍTICA, PLURALISMO JURÍDICO E AMÉRICA LATINA

Capítulo 6 — PLURALISMO JURÍDICO: NOVO MARCO EMANCIPATÓRIO NA HISTORICIDADE LATINO-AMERICANA	182
6.1. Introdução	182
6.2. Pluralismo jurídico: natureza e caracterização	184
6.3. Pluralismo jurídico como projeto conservador	190
6.4. Pluralismo jurídico como projeto emancipatório	192
6.5. Pluralismo jurídico e práticas sociais alternativas	196
Capítulo 7 — PLURALISMO E ALTERIDADE COMO ESTRATÉGIA CONTRA-HEGEMÔNICA NO REDIMENSIONAMENTO DA TEORIA JURÍDICA	199
7.1. Introdução	199
7.2. A produção de um saber crítico como estratégia contra-hegemônica para uma prática social emancipatória	201
7.3. Pressupostos para se pensar uma filosofia crítica na política e no direito	204
7.4. Formas emergentes e plurais de emancipação na legitimação do direito	208
<i>Conclusão</i>	213
<i>Bibliografia</i>	219
<i>Índice onomástico</i>	253
<i>Índice alfabético de assuntos</i>	261